

Há cheiro de pizza no ar

Quanto mais o tempo passa, menos vontade de cassar os corruptos tem o baixo clero do Congresso. Baixo clero são os parlamentares cujos nomes só são ouvidos nas chamadas das votações, ou quando se envolvem em alguma trapaça explícita, como foi o caso do Onaireves e do Nobel de Moura. São a maioria, mas não participam das reuniões de decisão, não são incumbidos de pareceres importantes, não mobilizam a atenção do plenário, quando acaso vão à tribuna ler um discurso, geralmente preparado pelas assessorias da casa. Existem em todos os parlamentos. Na Inglaterra são chamados de **back benchers**, passageiros do assento traseiro da política. Aqui, mesmo os inocentes do baixo clero andam apavorados com o rompimento do sigilo bancário dos colegas indiciados. Sentem, como proclamou a juíza Portia no julgamento do Mercador de Venéza, que num processo de justiça nenhum de nós verá a salvação. Perguntam: quem não recebeu doações de campanha? Quem pode justificar detalhadamente o que possui?

Se os inocentes sentem esse temor, como estarão os culpados, que não são poucos?

O deputado Fernando Lyra, corregedor da Câmara, faz um raciocínio aritmético: se cada um dos até hoje acusados tiver dez amigos, e todos ficarem em casa no dia da votação para cassar mandatos, serão cem deputados, dos mais variados partidos, a diminuir o quorum necessário, que é de 252 deputados. Lyra contabiliza também a banca de amigos de José Sarney, cerca de 30 parlamentares, entre os prováveis absenteístas. O ex-presidente proclama-se injustiçado por acusações de enriquecimento ilícito. Em consequência, concederia a outros o direito à dúvida que a ele considera ter sido negado.

Uma abstenção desse porte obrigaria as lideranças comprometidas com a limpeza do Congresso a fazer um esforço redobrado para reunir o número regimental. Acresce que a Constituição determina que

o voto para cassações de mandatos seja secreto. O anonimato é a arma preferida dos covardes.

Há, claro, o outro lado da medalha. Muitos deputados desejariam que a CPI encerrasse o mais depressa possível os seus trabalhos, recomendasse a cassação dos indiciados mais comprometidos por depósitos bancários inexplicáveis e milagrosos aumentos de patrimônio, e enviasse as suas conclusões para a Comissão de Justiça. A Comissão abriria um prazo para a defesa dos acusados, aprovaria as recomendações da CPI e mandaria os processos para o plenário condená-los. Só assim, pensam, teriam condições de voltar às suas bases para pedir os votos da reeleição.

Um senão neste raciocínio: o tempo. O deputado Paulo Delgado, PT-MG, que acompanhou de perto o processo contra o deputado Jabes Rabelo, o tal que deu uma carteirinha da Câmara a um irmão preso com 500 quilos de cocaína, avisa que, em um caso líquido e certo como aquele, foram necessários 60 dias para que o processo fosse concluído. Os sete a dez deputados mais incriminados, se os seus casos forem examinados um a um, demandarão muito mais. Logo, é muito provável que só hajam cassações, se houver, depois do encerramento da revisão da Constituição, a 15 de março.

A troca de lama é outro problema sério. Aparentemente, cada jornalista, cada órgão de comunicação, tem o seu corrupto preferido, que deseja expor, e o seu corrupto amigo, que deseja ocultar. As preferências, muitas vezes partidárias, influem nos parlamentares da CPI, envenenando o clima de convívio e dificultando o trabalho. Mais um fator de atraso.

Espero estar enganado, mas começo a sentir um forte cheiro de pizza no ar. Se a CPI acabar em pizza, não será preciso um pelotão de tanques para fechar o Congresso. Bastará uma associação de donas de casa, armadas de vassouras.